

ACOMPANHAMENTO DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA 06/10/2021
SESSÃO ASSISTIDA ONLINE
RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO: Altanir Schebeliski Virissimo de Oliveira

INÍCIO DA SESSÃO:
TÉRMINO DA SESSÃO:
PÚBLICO PRESENTE NAS GALERIAS DA CÂMARA:

VEREADOR NO PLENÁRIO	ENTRADA	SAÍDA
MISSIONÁRIA ADRIANA (SOLIDARIEDADE)		
DANIEL MILLA (PSD)		
DIVO (PSD)		
EDE PIMENTEL (PSB)		
DR. ERICK (PSDB)		
PASTOR EZEQUIEL (AVANTE)		
FELIPE PASSOS (PSDB)		
FILIPE CHOCIAI (PV)		
GERALDO STOCCO (PSB)		
IZAIAS SALUSTIANO (PSB)		
JAIRTON DA FARMÁCIA (DEM)		
JOCE CANTO (PSC)		
DR. ZECA (PSL)		
JOSI DO COLETIVO (PSOL)		
JULIO KULLER (MDB)		
LEANDRO BIANCO (REPUBLICANOS)		
LÉO FARMACÊUTICO (PV)		
PAULO BALANSIN (PSD)		
CELSO CIESLAK(PRTB)	AUSENCIA JUSTIFICADA	AUSENCIA JUSTIFICADA

Obs.: os Vereadores descritos acima constam conforme os parlamentares ativos que estão no site da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

VEREADOR LEANDRO BIANCO(REPUBLICANOS): Comenta que precisa trazer alguns esclarecimentos a cidade com relação a ofensas que receberam alguns dias atras, Fake News que foram espalhadas e que fala em nome da CPI do Transporte Coletivo como presidente, pois solicitou ao jurídico da casa um parecer com relação ao pedido de quebra do sigilo bancário e fiscal dos sócios da empresa VCG para saber a respeito da aplicabilidade e legalidade desse pedido e concluiu que por todo o exposto em síntese entendeu-se que de que deliberou a maioria dos membros da CPI ainda não há fundamentação para a quebra de sigilo de empresas sociais, sócios e diretores da VCG, consideradas a falta de individualização de condutas e de sua e de sua vinculação aos fatos investigados bem como a não delimitação dos indivíduos alcançados pelo afastamento do sigilo, sem prejuízo que no decorrer da investigação sejam coletados indícios capazes de demonstrar a necessidade da quebra, comenta que o parecer jurídico comprova o que já tinha sido informado que acreditava, que não é aplicável no momento a quebra do sigilo bancário e fiscal, comenta que acredita muito na competência dos advogados da casa, comenta o nome dos advogados que assinaram o parecer, concede a palavra a vereadora Missionaria Adriana (SOLIDARIEDADE), que fala que acredita na lisura do jurídico da casa que o parecer possui clareza e legalidade e que a CPI acredita e confia no embasamento que os advogados dão. Com a palavra novamente o vereador Leandro Bianco (REPUBLICANOS), comenta estarem empenhado em trazer resultado para a população dentro da legalidade, comenta que foi pago no dia 4

900 mil reais do deputado federal Aroldo Martins, concede parte ao vereador Júlio Kuller (MDB), comenta que a CPI continua firme e forte no objetivo de apontar o que tem de errado para que se possa tomar decisões e fazer com que o próximo contrato não seja tão ruim quanto esse, comenta que o diretor da VCG lhe fez sentir dó pois disse que não recebe salário, que a empresa quebra a 10 anos e ainda assim renovaram o contrato em 2012, comenta que é uma vergonha e quando questionou se o contrato foi bom para a diretoria e os sócios e foi respondido que foi ruim mas o mesmo permanece, que o valor repassado foi quase uma miséria e que sabe quanto nós sofremos com isso por ter de entregar valor que faz falta, comenta que ficou bastante chateado e comenta que se deve tomar cuidado com esse novo contrato pois essa empresa vem para ganhar e depende dos vereadores cuidar disso e a CPI está fazendo um bom trabalho, com a palavra novamente o vereador Leandro Bianco (REPUBLICANOS), comenta que houve reunião com o concelho que está analisando esse possível novo contrato, foi falado que tem muito a acrescentar mas que precisam ouvir e que muitos apontamentos serão feitos através da CPI, comenta sobre o valor das emendas de 900 mil reais indicação do deputado federal Aroldo Martins, emendas que já foram anunciadas em 2019 que o governo municipal anterior não colaborou muito e agradece a prefeita e ao secretário de governo para que a documentação esteja em ordem e que as emendas sejam pagas, desse valor 300 mil reais para a APACD, 300 mil reais para APROAUT e 300 mil reais para o Instituto Duque de Caxias, que esta é a resposta para aqueles que duvidaram que essas emendas chegariam, que o valor já está na conta da prefeitura e poderá ser encaminhado para essas entidades, reforça agradecimento ao Deputado Federal Aroldo Martins e ao Poder Executivo.

VEREADOR LÉO FARMACEUTICO (PV): Comenta que também está chateado pelas respostas que tem recebido a respeito das reivindicações pedidas aos secretários, comenta que providenciou moção a terceira regional, que não é possível, esses dias foi falado sobre a demora de 15 a 20 dias do oxigênio e que possui pedidos com 30 a 40 dias pelo oxigênio, comenta ser essa espera inadmissível, concede parte ao Vereador Júlio Kuller (MDB) o qual comenta que está chateado por acompanhar família a mais de vinte dias de espera, que é a mesma família a qual comentou anteriormente e que contactou senhor Robson Xavier, que naquela época a desculpa era que havia muita gente e não estavam conseguindo fazer rapidamente o processo, agora dizem que não há cilindro de oxigênio, porque venceu contrato e precisam fazer um novo aditivo e não tem previsão para a vinda do oxigênio, comenta que os médicos informam que se internar sai mais rápido e as famílias tem feito a família tem alugado e pagado caro quando a responsabilidade é do poder público, que as famílias estão sofrendo com um doente com alta e não tem oxigênio, que essa pessoa que está nesse tempo de espera está ocupando a vaga de outra pessoa no hospital, que uma atitude deve ser tomada, com a palavra o vereador Divo (PSD), comenta não poder ficar calado nessa situação e que mandou mensagem ao Robson sobre uma senhora que estava pagando oxigênio e não tinha mais recursos para continuar pagando pelo oxigênio, comenta defender a população de Ponta Grossa e não pessoas e comenta que lerá a mensagem e que não se refere a saúde de Ponta Grossa mas sim ao Regional de Ponta Grossa que quando o oxigênio era distribuído pelo município não havia reclamação, e que a resposta dizia estar sendo aguardado a instalação de equipamentos, que há dificuldade no fornecimento e quando questionou como resolver não foi respondido que é uma vergonha e quem deve, deve para e nesse caso é a Terceira Regional. Com a palavra novamente o vereador Léo Farmacêutico (PV), comenta sobre estar chateado que hoje procurando os projetos pedido no começo do ano e que recebeu que o departamento jurídico pediu e que fez questão de mencionar algumas das mensagens respondidas pelo secretário, “ontem recebi, não estava mexendo com o projeto na verdade parei fui atender outro” que ai percebeu o descaso com os projetos, que já fez pedidos que pedira requerimento pois desde o começo está trabalhando para trazer recursos a cidade mas o poder da caneta está travando os pedidos e por isso fica muito triste, comenta que seus assessores foram juntos em todas reuniões que fez, que fez reunião com o Mainardes, com a prefeita, vice-prefeito e secretários e até hoje está engavetado os projetos e agora pedira providencias para o que está acontecendo, que é uma vergonha que não pode admitir e que não está brincando de vereador na casa, que possui nome e compromisso a zelar que necessita de responder urgentes e que irá procurar os direitos e correr atrás pois a população merece ser respeitado que já falou com todos ninguém resolveu e irá procurar os direitos, comenta que marcou as respostas que são inadmissíveis.

VEREADORA JOSI DO COLETIVO(PSOL): Declinou a palavra.

VEREADORA JOCE CANTO (PSC): Comenta que segundo o ECA criança e adolescente é prioridade absoluta e que não é o que tem acontecido no município, o PAI, pronto atendimento infantil alguns dias foi transferido para o UPA Santa Paula, o PAI que tem um atendimento exclusivo para as crianças funcionava no MAI que acredita que não deveria fechar as suas portas nesse pronto atendimento até por que alguns meses atrás todos da casa fizeram doação para o estado justamente para que continuasse esses atendimentos no projeto que todos votaram constava que iriam continuar esses atendimentos, que no projeto diz que continuaria os atendimentos e ainda haveria ampliação, que quando o MAI foi criado foi justamente num momento de pandemia para se criar uma ala covid-19 e retirar as mães e as crianças dessa ala covid-19, justamente para se ter um hospital exclusivo para o atendimento para criança que quando falaram em fazer esse atendimento para mães e crianças estava presente pessoa que “se acha” o secretário de saúde, Sandro Alex na época também estava governador, prefeito e vice-prefeita e prometeram que haveria atendimento exclusivo para as crianças, que nessa semana retiraram o PAI de dentro do hospital da criança e levaram ao UPA Santa Paula o que gerou transtornos para as crianças e mães primeiro por que a UPA Santa Paula atendem casos covid-19 ou seja estão misturando as crianças com casos covid-19, o segundo problema é que muitas mães não tem condições financeiras para passagem de ônibus e que a culpa não é dos profissionais da UPA pois fazem o que podem para atender a população, que ontem o vereador Ede Pimentel (PSB), também muito preocupado estava atendendo junto e fizeram força tarefa para atender uma criança de 1 ano e 6 meses que caiu um portão em cima e teve uma fratura no pé e outra suspeita de fratura na face que na segunda feira chegou na UPA por volta das 22 horas, estava na central de leitos esperando para ir ao MAI e ontem meio dia não tinha saído a vaga e quando saiu a vaga não havia ambulância para fazer um trajeto de 10 minutos do UPA para o MAI então liberaram a mãe e o pai para levar a criança de carro até o MAI, comenta ser um absurdo sendo que se tem um MAI que tem tudo dentro do MAI mas tiveram de tirar a criança do UPA e precisavam de uma ambulância e não havia ambulância para levar para o MAI, concede a palavra ao vereador Leandro Bianco (REPUBLICANOS), que apoia a reclamação da vereadora e comenta receber várias reclamações de pais preocupados com essa questão de ter de levar seus filhos numa UPA que atende casos covid-19, que é uma situação que deve ser resolvida urgentemente, que o secretário deve fazer algo urgente para resolver essa questão que quando foi aprovado o projeto acreditaram que iria melhorar o atendimento e não suspende-lo. Com a palavra novamente a vereadora Joce Canto (PSC), comenta estar preparando uma moção para que o PAI volte para o MAI, que é inadmissível esse trajeto que se deve fazer quando se tem tudo dentro do MAI, questiona quem é o culpado e concede parte ao vereador Ede Pimentel (PSB), fala que ontem lutaram muito para que essa criança fosse transferido logo para o hospital da criança, comenta que a criança ficou desde as 22 horas da noite até as 12 horas do outro dia no UPA Santa Paula sem comer, os pais ligando para os vereadores e deputados pedindo comida pois precisava comer enquanto brigavam e tentavam liberar e os pais desesperados, comenta que se deve ver já uma alternativa por ser apenas o começo e para se pensar o que aconteceu na frente, pede ao líder de governo que converse com a prefeita e peça uma atenção especial a esse assunto que é muito importante que são as crianças, parabeniza a todos os envolvidos na luta pelo bem dessa criança, com a palavra novamente a vereadora Joce Canto (PSC), que a culpa dessa situação é dos enganadores que vieram e falaram que tudo ficaria no MAI como por exemplo do Secretário Sandro Alex que é secretário de infraestrutura mas quando tem algo relacionado a saúde diz ser secretário da saúde, e vem enganar a população do município, que a culpa pertence também ao ex-prefeito de Ponta Grossa por dizer que o atendimento ficaria no MAI, e da prefeita de Ponta Grossa que está com as malas prontas para Dubai e não foi na UPA Santa Paula ver a situação das crianças, comenta ser mãe e se coloca na situação dessas mães que ficam esperando atendimento, que é inadmissível que essas crianças passem por essa situação, e por não terem o que comer, e o reitor da UEPG Miguel Sanches pois ele pode sim colocar o pronto atendimento dentro do MAI pois o secretário Beto Preto disse a Mabel que ele pode sim manter o pronto atendimento dentro do MAI, basta o reitor querer, comenta dirigido ao reitor que quando foi para convidar cada vereador dessa casa para fazer a doação para o Estado os vereadores serviram e pede o favor de devolver o pronto atendimento as crianças.

VEREADOR GERALDO STOCCO (PSB): Comenta artigo 58 da Constituição Federal seu parágrafo terceiro ele prescreve sobre as CPI e sobre os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais uma das

competências da CPI e que fica triste em ter que subir mais uma vez para se defender e refutar “baboseiras” de pessoas que não tem conhecimento desse trabalho, comenta que foi soltada na imprensa mais uma vez nota delicada comentando sobre um parecer jurídico, que recebeu essa nota e tentou procurar o parecer e não achou e nem recebeu, que não leu o parecer, comenta que com respeito a todos os advogados que assinaram essa foi uma decisão política uma decisão que já tinha sido tomada nas salas das comissões quando o presidente não quis fiscalizar ainda mais a Viação Campos Gerais e que infelizmente os demais membros votaram com o presidente, comenta lamentar que os outros membros tenham ido a favor dessa linha que culmina na não investigação da VCG, falaram sobre indícios, que a CPI foi criada, que pediu a abertura pois os trabalhadores não receberam seus salários que isso envolve movimentação financeira, que no início a VCG pedia subsidio pois não tinha dinheiro e que deseja que os membros da CPI lhe provem que a VCG não tinha dinheiro mas que não podem provar pois não estão fiscalizando, comenta para abrir portais de notícias pois há salários parcelados mais uma vez, que não são as excelências que possuem o salário parcelado e nem suas necessidades que estão sendo parcelados e não são as excelências que tem que pedir cestas básicas, comenta possuir vergonha dessa CPI e de seus vereadores, que o fato gerador do pedido é o fato da VCG não estar pagando seus funcionários, que irão esperar outro subsidio para daí tentar fazer alguma coisa, reforça lamentar o fato de não poder ajudar essas pessoas através da CPI, que sozinho com o Deputado Aliel Machado e outros vereadores que quiserem assinar estará tomando outras medidas, comenta que estava no terminal conversando com as pessoas e ouviu sobre o salário parcelado comenta que indícios não faltam para pedir a movimentação financeira, comenta sobre ônibus lotado, escolas voltara e faculdades particulares também, ônibus abarrotados de gente e que não é possível que mais uma vez a viação se nega que estão fazendo chantagem que desejam o aumento da passagem e subsidio para ter mais lucro e a CPI não está fazendo nada, que falou nas redes sociais e foi colocado na corregedoria, que além de não trabalharem desejam censurar o mandato, comenta ser triste pois o que não falta é fundamentação jurídica para solicitar isso, comenta para aqueles que não tem conhecimento, que poderiam solicitar diretamente ao banco e a empresa se negaria e ai entrariam na justiça, que é prerrogativa de uma CPI, que é só falar com qualquer estudante de direito qualquer um sabe disso, que uma decisão política está prejudicando uma cidade inteira, pois com os salários parcelados estão falando sobre greve, que o transporte coletivo pode parar mais uma vez, comenta sobre que a quase dois meses tivesse sido feito o pedido e visto os erros da VCG com o município hoje poderia estar numa situação diferente, comenta que erros acontecem, que uma CPI antiga dessa casa era errada e foi visto as consequências, parabeniza os vereadores da CPI do Estar Digital e fizeram a CPI certa, comenta que por isso que sua assinatura não está nessa CPI pois não pode compactuar com coisa errada, que foi eleito para defender a cidade de Ponta Grossa e enfrentar o que há de errado então vão ser mentiras, ameaças e denúncias caluniosas que vão parar o trabalho, reforma o amento de ter de subir na tribuna para defender o mandato com tantas coisas acontecendo na cidade como o Hospital da Criança que é importantíssimo mas terá de ser deixado para o pequeno expediente pois precisa esclarecer as mentira que um “infeliz” acaba proferindo, reforça que a fundamentação jurídica e que a CPI foi criada para verificar o motivo de não haver pagamento, comenta que trabalharam onde chegaram em um ponto onde teriam de ver toda a fundamentação bancaria, pois toda a documentação não adianta nada falar que recebeu páginas de documentação e não provocar se a VCG podia ou não podia pagar o funcionários, o que não foi pedido, mas picuinhas e entrega politicas estão deixando a cidade à mercê, comenta haver fundamentação jurídica e que irá comprovar isso e que lamenta que os funcionários receberão seus salários parcelados e se continuar assim receberão os mesmos vídeos que receberam das necessidades pela falta do salário mas que o dos vereadores está fácil pois está caindo na conta, que está garantido reforça sentir vergonha.

VEREADOR PASTOR EZEQUIEL (AVANTE): Comenta que todos sabem da responsabilidade de cada vereador, e comenta sobre a importância do respeito e que sempre respeitara, e que deve-se conversar com os secretários e com relação as crianças tem conversado com os secretários sobre as crianças, reforça não concordar com crianças misturadas com pessoas grandes, que existe o ECA que protege as crianças e a constituição e que o secretario devem reavaliar que o lugar de criança não é junto com pessoas grandes e com outras enfermidades e comorbidades, comenta que se deve achar uma maneira, correr atras de verba e se precisar tem que gastar, pois criança é investimento, comenta que os vereadores trazem os anseios da população mas que a situação das crianças deve ser rápido, sugere pegar uma secretaria e monta um local comenta que na

pandemia foi montado hospitais de campanha e que dá para arrumar espaço para atender as crianças de forma separada, reforça a necessidade de se cuidar das criança e que o secretario tem atendido aos telefonemas e não concorda em ter crianças sendo atendido e local com pessoas sendo atendidas por outras comorbidades, que essa situação deve ser resolvida e que se deve correr atras do que for necessário, cometa sobre a dificuldade de adquirir médicos e que se deve achar soluções que isso faz parte do papel do vereador sugerir soluções e comenta sobre usar locais ociosos ou alugar e correr atras de equipamentos. Concede parte ao vereador Dr. Erick (PSDB), que comenta que fez moção de apelo pedindo pelo retorno do PAI do UPA Santa Paula pelo menos para o UPA Santana que fica em uma região mais central, que fica pensando nas pessoas do Costa Rica que moram do outro lado da cidade, que isso gera transtorno e a pessoas que não possuem dinheiro para o transporte, que o ideal seria um local só para crianças mas essa mudança para o centro já ajudaria até conseguir esse local, com a palavra novamente o vereador Pastor Ezequiel (AVANTE), comenta se lembrar e que busca ser justos e que as portas das UBS atendem crianças mas infelizmente é necessário pediatra e é uma utopia querer ter um pediatra para cada UBS.

VEREADOR IZAIAS SALUSTIANO (PSB): Concede a palavra a vereadora Missionaria Adriana (SOLIDARIEDADE) que elogia a palavra do vereador relacionada a respeito e que hoje ficou muito desapontada ao ver o significado da palavra canalha, que significa vil pessoa que não presta e tem pouco valor e que não aceitara palavra dessa a própria pessoa e a nenhum outro vereador, e aplaude o vereador por começar a fala falando sobre respeito, que no campo das ideias dá para se discordar de tudo sem agressões gratuitas e pede para que isso continue assim e que não venho para ouvir ou ver colegas falando barbáries e comenta respeitar a todos e que gostaria do mesmo. Com a palavra novamente o vereador Izaias Salustiano (PSB), comenta que em 2014 quando passou pela casa como suplente foi relator do orçamento geral do município e que lembra-se que o orçamento era 580 milhões e que ficou feliz quando seis anos depois foi apresentado orçamento de 1 bilhão e 93 mil reais que a cidade vem se desenvolvendo e crescendo graças ao esforço do poder público no sentido de trazer empresas e graças a força do parque fabril e das empresas que a cidade é uma das que mais cresce no Estado do Paraná, contudo junto ao crescimento é necessário equipamentos públicos voltados a saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, infraestrutura e por mais que o orçamento tenha crescido sabe-se que não é o suficiente, cumprimenta a vereadora Missionaria Adriana (SOLIDARIEDADE), por ter trazido o deputado Gilson de Souza que disponibilizou recurso e se comprometeu em enviar recursos e emendas da mesma forma cumprimentar o vereador Leandro Bianco (REPUBLICANOS) que noticiou valor vindo do Deputado Aroldo Martins assim como o presidente e todos aqueles que noticiaram recursos sendo canalizados e também o deputado de seu partido Aliel Machado por também estar encaminhando muitos recursos para a cidade, comenta valores já encaminhados e que acredita que dará possibilidade do governo executar as obras, comenta que se deve conversar com os secretários encarregados do departamento de finanças e projetos par aqueu a documentação esteja em ordem e os projetos sejam realizados para não correr o risco de perder esses recursos, que acredita ser tempo de se preocupar com isso e cumprimenta todos que estão buscando recursos para a cidade, relembra sobre o recurso vindo do deputado Plauto Miro para ser investido na região da Chapada em infraestrutura, que o projeto já pode ser licitado para as obras serem viabilizadas e se comprometeu a fornecer mais recursos para investimento na cidade, comenta que se deve ter cuidado com as palavras e atribuições de responsabilidade de fatos que caracterizam crimes e muitas vezes como formadores de opinião busca fazer o trabalho que cabe ao judiciário que possui conhecimento que reputações todos os dias caem por terra por serem condenados pela opinião pública antes esmo do seu devido processo legal comenta como exemplo o Deputado Plauto que teve o nome exposto e a opinião pública expos sua imagem de uma forma que hoje a justiça disse que era inocente e questiona o que fazer nessa situação para reparar esse ocorrido, que depois que a reputação é jogada na lama perante a opinião pública com total falta de bom senso esperando fazer o mal ao outro o poder de dizer se é culpado ou inocente é a justiça, que o tribunal de justiça disse que não tinha justa causa para a denúncia oferecida pelo ministério público e mandou arquivar e comenta que disse isso por que tem gente boa se afastando da coragem por temer, onde há uma crise de líderes por que s jovens vendo essas barbaridades que acontecem na política não querem se expor por medo por saber que a vida será colocada a xeque e pode ter preciso que nunca mais poderá reparar

a opinião pública, pede para se ter a serenidade e a cautela necessária para evitar julgar pessoas antes que o órgão com a competência o faça.



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO **ORDEM DO DIA 06/10/2021 - SESSÃO ORDINÁRIA**

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 212/2021:

Autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 502.623,13, e dá outras providências.

Votação Nominal – Aprovados – 18 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

DOS VEREADORES FELIPE PASSOS E LEANDRO BIANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 78/2021:

Torna obrigatória a Regularização do Código de Endereçamento Postal(CEP) para os logradouros do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos do Substitutivo Geral em apenso (Aprovado) Votação Nominal – Aprovados – 17 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

COSPTTMUA - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral em apenso

DO VEREADOR DIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 115/2021:

Denomina de FRANCISCA CASTRO DA LUZ o corredor sem denominação, com início no Km 472, da BR 376, seguindo até o Rio Tibagi, nesta cidade.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos da **Emenda de Redação em apenso (Aprovado)**

COSPTTMUA - Favorável, nos termos da Emenda de Redação da CLJR

Votação Nominal – Aprovados – 17 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

DO VEREADOR LEANDRO BIANCO

Projeto de Lei Ordinária nº 169/2021:

Promove alterações na Lei nº 13.599, de 12/12/2019, conforme especifica.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

COSPTTMUA - Favorável

CAPICTMA - Favorável

CSAS - Favorável

Votação Nominal – Aprovados – 18 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

DA VEREADORA JOCE CANTO

Projeto de Lei Ordinária nº 183/2021:

Concede Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Senhor WILSON PICLER.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos da **Emenda de Redação em apenso (Aprovado)**

CECE - Favorável, nos termos da Emenda de Redação da CLJR

Votação Nominal – Aprovados – 18 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 197/2021:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar área de terreno no Distrito Industrial à Campos Gerais Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

CAPICTMA - Favorável, restando vencido o voto da Vereadora Josi do Coletivo, a qual se manifestou contrariamente a aprovação da matéria, conforme Voto em Separado

Votação Nominal – Aprovados – 17 Votos Favoráveis – 1 Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 226/2021:

Revoga a Lei nº 13.930, de 07/04/2021.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

Votação Nominal – Aprovados – 18 Votos Favoráveis – Votos Contrários - Abstenções

EM DISCUSSÃO ÚNICA

MOÇÕES

Nº 499/2021 do Vereador PASTOR EZEQUIEL BUENO

MOÇÃO DE APLAUSO

A ser encaminhada à 10ª Igreja Presbiteriana Renovada de Ponta Grossa do Pastor Luiz Carlos de Lima que está celebrando 37 anos de existência.

Nº 500/2021 do Vereador PASTOR EZEQUIEL BUENO

MOÇÃO DE APLAUSO

A ser encaminhada ao Pastor Odilton Jose Castelo Antunes por seus 10 anos de ministério junto a ONG Mais Amor, esta que atua no tratamento e prevenção do uso e abuso de drogas, realizando com excelência seu trabalho perante à comunidade ponta-grossense

Total de Moções Aprovadas – 2

Vereador Pastor Ezequiel (AVANTE) - 2

INDICAÇÕES

Nº 1451/2021 do Vereador DR. ERICK

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a manutenção da iluminação e cascalhamento da rua Teodoro Kluppel, Olarias. Além das demandas citadas, ter por objetivo requisitar a limpeza e corte de matagal

e a implantação de placas que indicam a proibição de jogar lixo em área de preservação localizada ao final da rua mencionada.

Nº 1452/2021 do Vereador GERALDO STOCCO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, que tome providências objetivando a manutenção com o Asfaltruck na Rua República Argentina, Órfãs.

Nº 1453/2021 do Vereador IZAIAS SALUSTIANO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência, que determine aos departamentos competentes da municipalidade, solicitar a Manutenção na Rua Praia de Coroa, Bairro Don Bosco, Região do Contorno.

Nº 1454/2021 do Vereador FELIPE PASSOS

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências no atendimento na Unidade de Saúde, Dr. Adam Polan Kossobudski, Vila Palmerinha

Nº 1455/2021 do Vereador DR. ERICK

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando o urgente fornecimento à Agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos uma relação completa dos logradouros com a numeração atualizada do Residencial Londres, Neves.

Nº 1456/2021 do Vereador LÉO FARMACÊUTICO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando realizar estudos de viabilidade de

equipamento redutor de velocidade nas proximidades do cruzamento da rua Fagundes Varela com a rua Washington Luís, Vila 31 de Março, Bairro Neves, nesta cidade.

Nº 1457/2021 do Vereador LÉO FARMACÊUTICO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando realizar o concerto de duas boca de lobo que ficam localizadas na rua Ricardo Lemos, em frente ao número 04, Bairro Oficinas, nesta cidade.

Nº 1458/2021 da Vereadora JOCE CANTO

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a inclusão da Rua Plínio Marques, Bairro Neves, no Plano de Pavimentação de Ponta Grossa. Enquanto as obras de pavimentação não iniciem, seja realizada com urgência a manutenção da via com cascalhamento, patrolamento, manilhamento e limpeza de bueiros.

Nº 1459/2021 da Vereadora JOCE CANTO

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a inclusão da Rua Professora Alzira Braga Ribas, Bairro Neves, no Plano de Pavimentação de Ponta Grossa. Enquanto as obras de pavimentação não iniciem, seja realizada com urgência a manutenção da via com cascalhamento, patrolamento, manilhamento e limpeza de bueiros.

Nº 1460/2021 da Vereadora JOSI DO COLETIVO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a colocação de faixa elevada para travessia de pedestres na Rua Francisco Burzio esquina com Rua General Carneiro e, Rua Francisco Burzio esquina com a Rua Benjamin Constant.

Nº 1461/2021 do Vereador JAIRTON DA FARMÁCIA

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando o Patrolamento e a Colocação de Fresado, ou a inclusão no Programa Finisa a Rua São Carlos do Ivaí entre a Av Visconde de Taunay, em frente ao N° 222, na Vila Jardim Maracanã.

N° 1462/2021 da Vereadora JOCE CANTO

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a inclusão das ruas do Jardim Eldorado, Boa Vista, no Plano de Pavimentação Asfáltica do Município.

Total de Indicações Aprovadas – 12

Vereador Dr. Erick (PSDB) - 2

Vereador Geraldo Stocco (PSB) - 1

Vereador Izaias Salustiano (PSB) - 1

Vereador Felipe Passos (PSDB) - 1

Vereador Léo Farmacêutico (PV) - 2

Vereadora Joce Canto (PSC) - 3

Vereadora Jose do Coletivo (PSOL) - 1

Vereador Jairton da Farmácia (DEM) - 1

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 05 de outubro de 2021.

Ver. DANIEL MILLA FRACCARO
Presidente

Ver. Dr. ERICK
1º Secretário

PEQUENO EXPEDIENTE

VEREADOR EDE PIMENTEL (PSB): Faz reclamação sobre os secretários municipais que não atendem, que quando ligam para um secretário é porque o povo está precisando, que são os representantes do povo, que é um dos parlamentares que mais trabalha e que é triste quando se liga para o secretário e o mesmo faz pouco caso para uma situação que para quem pediu é tão grande, comenta votar pelo que é certo e que não sabe por qual critério eles atendem pois alguns eles atendem bem, reforça o pedido para que os secretários os atendam pois estão sofrendo com isso e que a população pede ajuda, comenta que esse vereador não faz política em cima do palanque discutindo mas no anonimato, junto a população, que está trabalhando muito mas sem a colaboração do executivo não consegue sair do lugar, pede ao líder de governo para que converse com os secretários pelos vereadores que estão sendo esquecidos, que chega a desanimar não ser atendido e que precisa representar a população de Ponta Grossa.

VEREADOR JULIO KULLER (MDB): Parabeniza a fala do vereador Ede Pimentel (PSB), comenta ser um vereador que anda muito e percebe sua participação com a comunidade que tem feito trabalho digno, comenta que os secretários não o respondem e pede para que haja uma interlocução para que os dois prédios trabalhem unidos, que os vereadores são os primeiros a ouvir as pessoas e que são eleitos, que o não atendimento é uma falta de respeito pois possuem o conhecimento do sofrimento e do desejo da população, reforça pedido para o atendimento do vereador, com relação a secretaria de saúde comenta que deve tomar cuidado pois tem desmontado o sistema de saúde municipal optando só pelo sistema de saúde federal, que coisas que se fornecia estão acabando e que acredita que a prefeita não sabe, o Centro de Saúde da Mulher está sendo desmontado e sempre foi um departamento de excelência para cuidar da Mulher, que a saúde educacional do município que buscava crianças com problemas oftalmológicos, psicológicos e fonológicos também está sendo desmontado, que terão apenas a busca dessas crianças e até o ano passado havia o tratamento no local, que é um alerta para que a prefeita preste atenção pois é o mandato dela e como vereadores devem apontar e reclamar por que está errado, que está sendo tirado benefícios dos municípios por uma economia burra que causara mal a crianças, mulheres e deficientes pois o governo municipal não está tendo a sensibilidade suficiente para analisar caso a caso e com isso muita gente sofrera.

VEREADOR LEANDRO BIANCO (REPUBLICANOS): Comenta acreditar que todos os vereadores da casa trabalham e os parabenizam por isso, que os resultados mostram quem trabalha, repudia uma situação que todos devem estar atentos que o governador de Pernambuco decretou que os fiéis para frequentar as igrejas tenham que apresentar o comprovante com as duas doses da vacina, atitude que não aconteceu para outros estabelecimentos ou transporte público apenas para as igrejas, que é um caso de perseguição religiosa, que acredita ser inconstitucional e é um decreto que deve estar atento para que o mesmo não se repita na cidade.

VEREADORA JOSI DO COLETIVO (PSOL): Comenta que o mandato coletivo entrou com uma ação popular pela imediata suspensão da aquisição dos medicamentos Hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina que além de trazer prejuízo ao erário público seja diretamente pela compra do medicamento pelo município, seja indiretamente pela distribuição do medicamento pelo município com certeza trará prejuízos de ordem pública e

social pois a distribuição de medicamentos que não são indicados para o tratamento do covid-19 pode trazer serias consequências a saúde de Ponta Grossa e que entrou com essa ação para que se faça valer o que a lei determina.

ATA DA SESSÃO DISPONÍVEL EM:

<https://www.legislador.com.br//LegisladorWEB.ASP?WCI=ExpedienteTexto&ID=9&inExpedienteAta=2&dtReuniao=06/10/2021&tpReuniao=1&dsVerbete=>

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, REALIZADA NO DIA SEIS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. (XVIII LEGISLATURA)

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, no Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniram-se os Senhores Vereadores, sob a presidência do Vereador Daniel Milla Fraccaro, secretariado pelos Vereadores Dr. Erick - Primeiro Secretário e Pastor Ezequiel Bueno - Segundo Secretário, fazendo ainda parte da Mesa os Vereadores Filipe Chociai - Vice-Presidente e José Carlos S. Raad "Dr. Zeca" - Terceiro Secretário, com a ausência justificada do Vereador Celso Cieslak, presentes os Vereadores Missionária Adriana, Divonsir Pereira Antunes - Divo, Ede Pimentel, Felipe Passos, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Leonilton A. Carneiro - Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. À hora regimental, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a Ata da Sessão anteriormente realizada, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida foi procedida pelo Vereador Primeiro Secretário a leitura do Expediente que se encontrava sobre a Mesa dos Trabalhos, constando do seguinte: DA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL - Mensagem nº 78/21 (Projeto de Lei nº 270/21), altera a Lei nº 13.345, de 03/12/2018, conforme especifica. Mensagem nº 79/21 (Projeto de Lei nº 271/21), altera a Lei nº 4.298, de 13/09/1989. Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 196/21, alterando o inciso III do Art. 28-B, conforme especifica. Emenda Modificativa/Supressiva ao Projeto de Lei nº 192/21, dando nova redação à Tabela do Grupo III do Anexo I, conforme especifica. Of. nº 2187/21-GP, comunicando haver vetado a Lei nº 14.056. DO VEREADOR DR. ERICK - Moção de Apelo nº 501/21, à Exma. Sra. Prefeita Municipal de Ponta Grossa - Elizabeth Silveira Schmidt, para que realize medidas administrativas a fim de que seja destinado à realização de uma horta comunitária o terreno de propriedade do Município, localizado ao lado do número 185, Rua Buraco do Padre, Galha Azul, disponibilizando a ajuda necessária para o preparo do solo e formação dos canteiros. DA VEREADORA JOCE CANTO - Moção de Aplauso nº 502/21, ao Núcleo de Proteção de Crimes Contra Criança e Adolescente em Ponta Grossa - NUCRIA. Em Questão de Ordem, o Vereador Dr. Erick sugeriu e foi acatado pelo Senhor Presidente um minuto de silêncio em face da passagem de um ano do falecimento de seu tio Ederson Geraldo Camargo e aos quase seiscentos mil brasileiros que perderam sua vida em face da pandemia do coronavírus. O Senhor Presidente concedeu um minuto de silêncio, estendendo a todas as famílias enlutadas. Foi colocado em discussão e votação, tendo sido aprovada a solicitação de justificativa de

ausência do Vereador Celso Cieslak em razão de estar se recuperando de procedimento cirúrgico. Aviso do Senhor Presidente quanto a indefinição da peça orçamentária para o próximo exercício: "Só para avisar aos Senhores Parlamentares, ainda não chegamos a uma definição em relação ao orçamento, a abertura e a modalidade das emendas orçamentárias e convidamos o secretário para que na data de hoje e com o Departamento Legislativo desta Casa e Procuradoria, nós possamos sentar após a sessão e conversar qual o procedimento mais adequado para a realização das emendas do próximo ano". Anunciada a COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR, se manifestaram: VEREADOR LEANDRO BIANCO, para prestar esclarecimentos à população, com relação a ofensas que recebeu dias atrás, dizendo ser fake news que foram espalhadas em nome da CPI DO TRANSPORTE COLETIVO como presidente, onde solicitou ao Departamento Jurídico desta Casa um parecer com relação ao pedido de quebra do sigilo bancário e fiscal dos sócios da Empresa Viação Campos Gerais, para saber a legalidade dessa medida, informando que a conclusão daquele departamento foi a seguinte: "Por todo o exposto em síntese, entendemos que da mesma forma em que deliberou a maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 132, ainda não temos fundamentação suficiente para a quebra de sigilo das empresas sócias e nem de seus sócios, nem mesmo dos diretores da VCG, consideradas a falta de individualização de conduta e de sua vinculação aos fatos investigados, bem como a não delimitação dos sujeitos alcançados pelo afastamento do sigilo. Sem prejuízo de no decorrer da investigação serem obtidos indícios capazes de obter a necessidade das aludidas quebras". Concluiu que o parecer comprova o que desconfiava, que não tem embasamento jurídico ainda para solicitar a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas sócias e dos sócios e diretores da empresa VCG. Acredita muito na competência dos advogados que trabalham nesta Casa, sendo funcionários de carreira muito experientes, nada tendo que falar sobre suas condutas, em que assinaram o referido parecer Sandro Rafael Bandeira, Assessor Jurídico da Presidência; Dr. Rafael Dercasz, Assessor Jurídico da Presidência; Vital Maurício Cogo, Procurador Judicial e José Augusto Carneiro Andrade, Procurador Judicial desta Casa. Em aparte a Vereadora Missionária Adriana disse acreditar na lisura e legalidade do Departamento Jurídico desta Casa, entendendo e dizendo ser o parecer com clareza dentro do conhecimento dos advogados. Nessa segurança, frisou que caminham para trazer parecer a contento da população. Também o apartou o Vereador Julio Küller, para dizer que a CPI continua firme e forte no objetivo real de apontar exatamente o que tem de errado, para que possam tomar decisões e fazer com que o próximo contrato não seja tão ruim quanto ao atual. Lembrou que após ouvido o Diretor da VCG, criticou ao fato de haver declarado que não estão recebendo salários, estando a empresa a dez anos trabalhando no vermelho e mesmo assim renovaram o contrato, não conseguindo entender, onde indagou ao mesmo se o contrato da VCG nesses vinte anos foi bom para a diretoria e sócios, tendo declarado que foi ruim, no entanto permanece em seu cargo, quase tendo dito que foi uma miséria o repasse feito pela Prefeitura Municipal, o valor de um milhão e setecentos mil reais, enquanto pessoas

passam necessidades nos bairros, ficando chateado, dizendo da necessidade de se ter bastante cuidado com a referida renovação. Concluiu que "Essa empresa vem forte e vem para ganhar essa nova licitação, tenho certeza absoluta disso, então depende de nós dezenove vereadores cuidar disso e a CPI está fazendo um bom trabalho, parabéns presidente". Retornando, Vereador Leandro Bianco comentou que foram pagos na segunda feira novecentos mil reais a título de emendas do Deputado Federal Aroldo Martins, das quais solicitou ao mesmo que prontamente o atendeu, tendo sido anunciadas em dois mil e dezenove. Agradeceu ao Deputado Federal Aroldo Martins e à Prefeita Elizabeth Schmidt, além do Secretário de Governo Sebastião Mainardes Júnior, pela ajuda no sentido de que estivesse em ordem a questão da documentação para que fosse liberado esse valor do qual trezentos mil reais serão destinados à APACD, trezentos mil para APROAUT e trezentos mil para o Instituto Duque de Caxias. VEREADOR LÉO FARMACÊUTICO, para se manifestar chateado pelas respostas que tem recebido das suas reivindicações feitas aos secretários. Primeiramente, relatou que providenciou moção à Terceira Regional de Saúde, dizendo não ser possível demorar mais de trinta a quarenta dias para chegar o oxigênio na residência do munícipe, dos quais tem protocolo em mãos. O Vereador Júlio Küller em aparte também manifestou estar chateado onde está acompanhando família a vinte e tantos dias, tendo reclamado em sessão anterior, onde contatou com o responsável Sr. Robson Xavier, e na ocasião a desculpa era em face de haver muita demanda, onde não conseguiam atender o processo de forma mais rápida e agora não tem disponível cilindro de oxigênio por haver vencido contrato e tem que realizar novo aditivo sem previsão. Citou que os médicos então declaram que se internar sai mais rápido, relatando que pessoas ganham alta e não se contém em ficar ocupando leito do hospital, trancando vaga de outra que está à espera, onde então alugam cilindro de oxigênio, pagando caro, sendo que é de responsabilidade do Poder Público. Cobrou assim aos defensores do Estado. Também relatou haver acompanhado o reclame do orador, dando-lhe total razão. O Vereador Divo, também em aparte, somou com o orador, lembrando haver encaminhado mensagem para o o Dr. Robson Xavier, dando conta que tinha uma senhora que estava pagando oxigênio por não encontrar mais condição, deixando claro que defende a população de Ponta Grossa. Procedeu leitura, lembrando que quando era de responsabilidade do Município o fornecimento de oxigênio não haviam reclamações, cuja mensagem recebida do responsável pela Terceira Regional de Saúde, que estão aguardando instalação de equipamentos, concluindo ser em função da dificuldade do fornecimento, cobrando então a devida solução da qual está esperando a resposta. Outro assunto, nas palavras de Léo Farmacêutico, dizendo que hoje, procurando projetos que pediu no começo do ano, fazendo dez meses, recebeu respostas, fazendo questão de mencionar uma das mensagens nesses termos: "ontem recebi, não estava mexendo com o projeto, na verdade parei, fui atender outro". Nesse sentido pode observar o descaso, onde irá atrás, elaborar requerimentos, querendo crer que estão batalhando para trazer recursos para a cidade, porém parece que o "poder da caneta" está travando seus

pedidos. Fez reunião com diversas pessoas responsáveis pelo Poder Executivo e até hoje estão engavetados seus projetos, agora irá solicitar providências para saber o que está acontecendo, não podendo admitir, quando não está brincando nesta Casa, tendo nome a zelar e compromisso com municípios, precisando de respostas urgentes. VEREADORA JOCE CANTO, discorreu sobre a prioridade absoluta à criança e adolescente, conforme o ECA - estatuto da Criança e Adolescente, dizendo não ser o que acontece no Município, lembrando que o PAI - Pronto Atendimento Infantil foi transferido para a UPA SANTA PAULA, onde funcionava no MAI - Atendimento Materno Infantil, que em seu ver não deveria ter fechado suas portas para esse pronto atendimento, lembrando até porque meses atrás fizeram através desta Casa, uma doação para o Estado, justamente para que continuassem esses atendimentos - Materno Infantil -, inclusive com ampliação. Lembrou que quando saiu o Atendimento Materno Infantil do Hospital Regional, vindo ao Hospital da Criança, foi justamente em momento de pandemia para se criar ala covid e tirar mães e crianças dessa parte, para assim se ter hospital exclusivo para atendimento à crianças. Recordou que naquela oportunidade estava presente um "cara que se acha Secretário de Saúde, um tal de Sandro Alex", também a vice-prefeita, hoje Prefeita Elizabeth Schmidt, e ainda o então Prefeito Marcelo Rangel, junto com Ratinho Júnior, Secretário Beto Preto, sendo eles que prometeram que no MAI teria atendimento exclusivo para as crianças dentro do Hospital da Criança. Agora, com a transferência para a UPA SANTA PAULA gerou uma série de transtornos para as mães e crianças, em razão da mesma atender casos COVID, em que muitas mães não tem condições financeiras, não tendo passagem para o ônibus, eximindo culpa dos profissionais que fazem o que podem para atender. Lembrou que junto com Vereador Ede Pimentel realizaram uma força tarefa para atender uma criança de um ano e seis meses, que sofreu fratura no pé, pelo fato de cair sobre si um portão e outra suspeita de fratura na face, tendo chegado segunda-feira por volta das vinte e duas horas e estava na Central de Leitos esperando para ir para o MAI, ontem meio dia tinha saído a vaga porém não tinha ambulância para transportá-la, onde liberaram a mãe e pai para levá-la de carro. Aparteou o Vereador Leandro Bianco para dizer que concorda, tendo recebido final de semana reclamações de mães e pais pelo fato de ter de levar para a UPA em que atendem casos COVID, tendo que ser visto urgente, não ficar esperando algo acontecer. Vereadora Joce Canto informou que estão junto com Vereador Ede preparando moção para que o PAI volte para o MAI. O Vereador Ede Pimentel também utilizou de aparte, relatando sua luta no sentido de que a citada criança fosse transferida para o Hospital da Criança, tendo ficado na UPA SANTA PAULA sem se alimentar, onde tentando liberar e os pais desesperados, tendo acionado os deputados Mabel Canto e Aliel Machado, concordando com Leandro Bianco, onde tem que encontrar alternativa, pensando o que irá acontecer para frente, clamando ao líder do governo para interceder junto à Senhora Prefeita Municipal. Finalizando, Vereadora Joce Canto também responsabilizou o Reitor da UEPG Miguel Sanches dizendo que pode sim colocar o atendimento dentro do MAI, bastando querer. O Vereador Divo em questão de ordem

agradeceu ao Deputado Sandro Alex e Prefeita Elizabeth Schmidt por haver contemplado com recursos na ordem de trezentos mil reais, em emenda parlamentar para o Colégio Epaminondas Novaes Ribas. VEREADOR GERALDO STOCCO, ficando consignadas suas palavras na íntegra, como seguem: "Boa tarde Senhores Vereadores, a toda a imprensa, às pessoas que nos acompanham presencialmente, às pessoas que nos acompanham através das redes sociais, uma boa tarde e quarta-feira a todos e todas. O Artigo cinquenta e oito da Constituição Federal, em seu Parágrafo Terceiro, ele prescreve sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito e no Parágrafo Terceiro fala sobre os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, esse é um dos poderes e essa é uma das competências das Comissões Parlamentares de Inquérito, Vereador Izaias, Vossa Excelência sabe muito bem disso. Eu fico triste de ter de subir aqui mais uma vez para me defender, para refutar fake news, para refutar baboseiras de pessoas que não tem conhecimento desse trabalho, lamento isso, lamento. Soltaram uma nota na imprensa mais uma vez delicada, mais uma vez comentando sobre um parecer jurídico, recebi essa nota, tentei procurar o parecer jurídico, não achei, não me mandaram, também não precisava, mas também não vi o parecer jurídico, não li. Agora, com todo o respeito a todos esses advogados que assinaram, essa foi uma decisão política, uma decisão que já tinha sido tomada na Sala das Comissões quando o presidente não quis fiscalizar ainda mais a Viação Campos Gerais e infelizmente a maioria dos membros votaram com o presidente. Lamento pelos outros membros terem ido a favor dessa linha, porque está culminando na não investigação da Viação Campos Gerais. Falaram sobre indícios, senhoras e senhores, a CPI foi criada, eu pedi a abertura da CPI a toda a imprensa, às pessoas que nos acompanham. Eu pedi a abertura dessa CPI porque os trabalhadores da Viação Campos Gerais não receberam seus salários, isso envolve o que? Envolve dinheiro, envolve movimentação financeira. Lá no início, a VCG pediu subsídio porque falava que não tinha dinheiro. Eu quero que os vereadores me provem que a VCG não tinha dinheiro. Eles não podem provar. Não podem provar porque? Porque não estão fiscalizando, porque não pediram a movimentação bancária. Hoje abram o site da Rede e de outros portais de notícias, salários parcelados mais uma vez, não são Vossas Excelências que estão com salários parcelados. Não é o mil e quinhentos reais de Vossas Excelências que está parcelado. Não vai ser a conta de luz de Vossas Excelências que vai ser parcelada, que pode ser cortada. Não vão ser vocês que vão precisar pedir cesta básica, igual fizeram no início do ano e dão risada, canalhas. Vergonha, vergonha dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e da maioria dos vereadores desta comissão, porque tem muita gente boa dentro desta Câmara Municipal, muita gente boa. Qual que é o indício? Qual que é o fato gerador para esse pedido? É o fato que a VCG não está pagando seus funcionários, mas não se compadecem. E agora? Vão esperar outro subsídio para daí tentar fazer alguma coisa? Eu tenho vergonha, mas mais do que vergonha, eu lamento, eu lamento o fato de não poder ajudar essas pessoas através da CPI, porque sozinho e juntamente com o Deputado Federal Aliel Machado, com outros vereadores que quiserem assinar, nós estamos tomando outras

medidas. Hoje eu estava no terminal mais uma vez, conversando com as pessoas, conversando com trabalhadores, falaram Stocco, salários parcelados, a gente não sabe, vai dar três horas da tarde, daí que eles vão assinar, daí que eles vão nos avisar se nosso salário vai ser parcelado ou não. Indícios é o que não falta para pedirmos a movimentação bancária, ônibus lotado, ou estou falando algum absurdo, por favor me corrijam. Escolas estaduais voltaram, faculdades particulares voltaram, escolas particulares, os ônibus abarrotados de gente, não é possível que mais uma vez a Viação se nega, eles estão fazendo chantagem e Vossas Excelências acreditaram nisso. Estão querendo aumento da passagem, estão querendo subsídio para ter mais lucro e a CPI não está fazendo nada. Falei nas minhas redes sociais, me colocaram na Corregedoria por conta disso. Estão querendo censurar o nosso mandato, além de não trabalhar, querem censurar quem trabalha. Não estou me fazendo de coitado aqui, estou falando sobre fatos, fatos que aconteceram. É triste, porque o que não falta é fundamentação jurídica para solicitarmos isso. A Vossas Excelências que não tem esse conhecimento, nós podemos solicitar diretamente ao banco a movimentação bancária e financeira da empresa, aí a empresa se negaria, e aí entraríamos na justiça, é prerrogativa de uma CPI, é só falar com qualquer estudante de direito sobre isso, qualquer um. Uma decisão política, está prejudicando uma cidade inteira, porque com salários parcelados, eles estão falando sobre greve. Com salários parcelados, o transporte coletivo pode parar mais uma vez. Já pensaram? Eu vou deixar isso aqui para finalizar, já pensaram se a quase dois meses tivéssemos feito esse pedido? Tivéssemos visto os erros que a Viação Campos Gerais comete com a cidade de Ponta Grossa, não com essa Câmara, não com esse vereador? Os erros que ela comete com a cidade de Ponta Grossa. Hoje poderíamos estar numa situação diferente. Erros acontecem e nós vemos uma CPI antiga nesta Casa que foi errada, que aconteceu de maneira errada e nós vimos acontecer com isso. Parabênzo aqui o Vereador Izaias, Vereadora Josi, Joce, Vereador Julio que participaram da CPI e fizeram a CPI certa. Foi por isso que a minha assinatura já não está mais nessa CPI, porque eu não posso compactuar com coisa errada. Eu fui eleito para defender a cidade de Ponta Grossa, para enfrentar o que tem de errado e não vai ser mentiras, não vai ser ameaças, não vão ser denúncias caluniosas e mentirosas que vão parar nosso trabalho. Eu lamento mais uma vez ter que subir nessa Tribuna para defender o nosso mandato, para defender sobre essas mentiras, tanta coisa acontecendo na cidade. Essa questão do Hospital da Criança, uma questão importantíssima, extremamente grave, que vai ter que ser deixado para o Pequeno Expediente, porque durante dez minutos nós temos que esclarecer as mentiras que um infeliz acaba proferindo. Como falei fundamentação jurídica para Vossas Excelências lembrarem é essa, a CPI foi criada para verificar porque que eles não receberam pagamento, receberam subsídio, ótimo, trabalhamos, chegamos a um ponto onde precisávamos ver a movimentação bancária, porque toda documentação, não adianta nada falar que recebeu setenta mil páginas de documentação e não comprovar se a VCG podia ou não podia pagar os funcionários. O que que precisava? Verificar a movimentação

bancária, pediram isso? Não pediram. Não estou falando baboseiras, é simples, é fácil de pensar. Mas picuinhas, intrigas políticas estão deixando uma cidade inteira à mercê, uma cidade inteira sofrendo. Temos fundamentação jurídica e iremos provar isso para todos os senhores e para todas as senhoras, eu lamento aqui que os servidores da Viação Campos Gerais receberão seus salários parcelados. Infelizmente se continuar assim, daqui a alguns meses Vossa Excelências irão receber os mesmos vídeos que receberam de luz sendo cortada, de vaquinha para dar cesta básica, porque a situação é triste, mas o de vocês está caindo na conta né? O de vocês está fácil. O de vocês ninguém precisa investigar para ver se vão receber ou não. Afinal de contas, o de vocês está garantido. Aí é fácil trabalhar desse jeito né? Vergonha". Foi colocado em discussão e votação, tendo sido aprovado requerimento apresentado pelo Vereador Leandro Bianco, solicitando para que seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, a íntegra do pronunciamento proferido pelo Vereador Geraldo Stocco no horário destinado à Comunicação Parlamentar. Ainda em questão de ordem, o Vereador Leandro Bianco informou que os extratos bancários foram fornecidos pela VCG, onde não estão defendendo a empresa como sugere o Vereador Geraldo Stocco, querem apenas o que é justo. Cobrou indagando quando a Corregedoria desta Casa irá tomar providências, dizendo que aquele vereador coloca em xeque a lisura desta Casa de Leis, até a questão de honestidade dos procuradores e advogados que não estão aqui para fazer política, mas o que é justo. Vereador Julio Küller também solicitou para constar em Ata toda a transcrição do pronunciamento do Vereador Geraldo Stocco, dizendo ao mesmo que quem não trabalha nesta Casa, sobe e usa de palanque o púlpito. Disse que na data anterior, se o mesmo tivesse coragem, estaria nesta Casa enfrentando o Diretor da VCG. Não aceita, que esse vereador não o meça com sua régua. O Senhor Presidente procedeu leitura de convite do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, da Comissão Mulheres na Política, sobre o Curso Construindo Candidaturas 2.022 em caráter complementar, em razão da reunião virtual ocorrida no último dia vinte e sete de setembro. Conforme mencionado o curso que contará com tradutor de intérprete de LIBRAS será gratuito e voltado à sociedade em geral, especialmente aos homens e mulheres que estão à frente de atividades partidárias e aos que pretendem lançar candidaturas nas eleições de 2.022, cujos encontros ocorrerão dos dias cinco a vinte e oito de outubro, todas as terças e quintas-feiras, das dezenove às vinte e duas e quinze e nos sábados até o dia vinte e três de do mês em curso, das oito e trinta às dez e trinta, sempre em tele-trabalho. Irá solicitar cópia para entregar aos vereadores que tiverem interesse em participar. VERADOR PASTOR EZEQUIEL BUENO, para dizer que sempre irá frisar na Casa no campo do respeito, dentro de sua responsabilidade, pois todos os seus representantes sabem o que estão fazendo: legislar, fiscalizar e uma das coisas necessárias se restringe em conversar com os secretários. Crê que estão para defender a população mais necessitada. Não concorda com crianças misturadas com adultos, tendo o ECA em toda a sua excelência, que apesar de mal interpretado, protege as crianças, além da Constituição e Leis específicas, vendo que o secretário tem que avaliar, ressaltando que

lugar de crianças não é junto com pessoas grandes, com COVID. Tem que achar maneira, se tiver que investir, construir um lugar novo para atendimento às crianças. Tem que sentar com o secretário, conversar com prefeita, pessoas envolvidas. Dr. Erick em aparte lembrou haver elaborado moção de apelo, solicitando retorno do PAI da UPA SANTA PAULA pelo menos para a UPA SANTANA, que é localizada na região mais central, onde entenderia ideal um local somente para crianças. Seguindo, Pastor Ezequiel citou que as portas das UBS - Unidades Básicas de Saúde atendem nesse momento crianças, porém necessita de pediatra, sendo situação especializada. Crê que irão estar conversando e vendo urgência para isso aconteça. VEREADOR IZAIAS SALUSTIANO, concedendo aparte a Vereadora Missionária Adriana, para dizer que se sentiu extremamente triste ao ter olhado o significado da palavra canalha, dita na Tribuna, que quer dizer vil, pessoa que não presta, tem pouco valor e de nenhuma maneira irá aceitar esse sinônimo a sua pessoa ou qualquer outro vereador, estando extremamente triste. "No campo das idéias nós podemos discordar em tudo, sem agressões gratuitas, então eu gostaria de pedir que isso realmente se mantivesse aqui". Retomando, Vereador Izaias comentou sobre situações, lembrando que em 2.014 quando passou pela Casa como Primeiro Suplente, tendo sido relator do Orçamento Geral do Município, em 2.015 da mesma forma, lembrando que era estimado em quinhentos e oitenta milhões de reais, ficando feliz quando o Secretário Claudio Grocoski seis anos depois, ao vir à esta Casa apresentando orçamento de um bilhão e noventa e três mil reais. Destacou que a cidade vem crescendo graças ao esforço do Poder Público que vem trazendo empresas, gerando empregos e renda e principalmente à força que tem o Parque Fabril, empresas e empreendedores que recolhem impostos e trazem divisas para o Município. Frisou que ao lado do crescimento também vêm as necessidades de equipamentos públicos voltados para a saúde, para a educação, segurança pública, mobilidade urbana, infra-estrutura e por mais que o orçamento tenha crescido, não é suficiente. Cumprimentou a Vereadora Missionária Adriana, por haver trazido na Casa o Deputado Gilson de Souza que já disponibilizou recursos e se comprometeu com a cidade de Ponta Grossa quanto ao encaminhamento de emendas. Também cumprimentou ao Vereador Leandro Bianco por haver anunciado recursos em emendas parlamentares do Deputado Aroldo Martins. Estendeu seus cumprimentos ao Vice-Presidente que noticiou emendas do Deputado Hussein Backri, e, ainda ao Vereador Divo que noticiou emendas do Deputado Federal Sandro Alex que apesar de não estar em exercício, está canalizando recursos. Nessa linha, deixou seus cumprimentos ainda ao Deputado Federal Aliel Machado que tem trazido muitos recursos para a cidade tanto nos anos passados como esse ano. Só a título de registro, relatou um milhão e quinhentos mil reais que estão sendo aplicados na Vila Hilgenberg em pavimentação; duzentos mil reais, atendendo seu pedido, para reforma do Centro Esportivo do Distrito de Guaragi, quatrocentos mil reais para a UEPG, duzentos e cinquenta mil reais para o Segundo Grupamento do Corpo de Bombeiros, sendo recursos que darão incremento e possibilidade para o governo realizar obras. Citou a necessidade de conversar com os

secretários encarregados do Departamento de Finanças e de Projetos quanto a documentação estar em ordem e projetos realizados, pois correm risco de perder esses recursos. Deixou registrada a disponibilização de emendas no valor de quatro milhões de reais, pelo Deputado Plauto Miró Guimarães para ser investido em infra-estrutura na região do Chapada, precisamente após a Trincheira da Avenida Ernesto Vilela, passando pela Rotatória, Rua Toledo, até Bonsucesso, onde deve ser licitado para que as obras sejam iniciadas, tendo se comprometido a destinar mais recursos para investimento na cidade. Deixou registro, dizendo que precisam ter cuidado com palavras e atribuições de responsabilidades que caracterizam crimes e como agentes políticos formadores de opinião, de forma intempestiva e fora de hora querem fazer trabalho que é próprio do judiciário, sabendo que reputações são todo o dia jogados por terra por serem condenados pela opinião pública antes mesmo de ter corrido seu devido processo legal. Citou como exemplo o que ocorreu com o Deputado Plauto Miró Guimarães, que a dois anos atrás teve o nome exposto a toda a mídia, de forma vexatória e hoje a justiça disse que era inocente, perguntando como que faz para reparar esse dano? Esgotado o horário da Comunicação Parlamentar, foi anunciada a ORDEM DO DIA - EM SEGUNDA DISCUSSÃO - PROJETO DE LEI Nº 212/21 (Poder Executivo), autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 502.623,13, e dá outras providências: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Külller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Fica registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. EM PRIMEIRA DISCUSSÃO - PROJETO DE LEI Nº 78/21 (Vereadores Felipe Passos e Leandro Bianco), torna obrigatória a Regularização do Código de Endereçamento Postal (CEP) para os logradouros do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências: APROVADO, nos termos do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, ficando registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. PROJETO DE LEI Nº 115/21 (Vereador Divo), denomina de FRANCISCA CASTRO DA LUZ o corredor sem denominação, com início no Km 472, da BR 376, seguindo até o Rio Tibagi, nesta cidade APROVADO, nos termos da Emenda de Redação apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, ficando registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. PROJETO DE LEI Nº 169/21 (Vereador Leandro Bianco), promove alterações na Lei nº 13.599, de 12/12/2019, conforme especifica: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Külller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Fica registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. PROJETO DE LEI Nº 183/21 (Vereadora Joce Canto), concede

Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa ao Senhor WILSON PICLER: APROVADO, nos termos da Emenda de Redação apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balasin. Fica registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. PROJETO DE LEI Nº 197/21 (Poder Executivo), autoriza o Poder Executivo Municipal a doar área de terreno no Distrito Industrial à Campos Gerais Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Julio Küller, Leandro Bianco Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Ficam registrados o voto contrário da Vereadora Josi do Coletivo e a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. PROJETO DE LEI Nº 226/21 (Poder Executivo), revoga a Lei nº 13.930, de 07/04/2021: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Fica registrada a ausência justificada da votação do Vereador Celso Cieslak. EM DISCUSSÃO ÚNICA - Foram APROVADAS: Moções nºs 499, 500/21, do Vereador Pastor Ezequiel Bueno e INDICAÇÕES NºS 1451, 1455/21, do Vereador Dr. Erick; 1452/21, do Vereador Geraldo Stocco; 1453/21, do Vereador Izaias Salustiano; 1454/21, do Vereador Felipe Passos; 1456, 1457/21, do Vereador Léo Farmacêutico; 1458, 1459, 1462/21, da Vereadora Joce Canto; 1460/21, da Vereadora Josi do Coletivo; 1461/21, do Vereador Jairton da Farmácia. Manifestaram-se em Questão de Ordem: Vereador Pastor Ezequiel Bueno, convocando os vereadores membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para reunião na Sala de Comissões após o término da presente sessão; Filipe Chociai, convocando os membros da CEI instalada nesta Casa, para que possam fazer reunião da mesma, logo após as reuniões das comissões CLJR e CPICTMA, na Sala das Comissões; Joce Canto, para solicitar a inclusão na próxima sessão, do Projeto de Lei nº 171/21, ocasião em que o Senhor Presidente informou que irá verificar a viabilidade. Abertas as inscrições para o PEQUENO EXPEDIENTE, se manifestaram: VEREADOR EDE PIMENTEL, para registrar a reclamação em face de não estar sendo atendido por parte dos secretários municipais, que fazem pouco caso quando liga para os mesmos a fim de expor situação que parte de munícipes. Disse que a maneira que faz política não é em cima de palanque, mas junto com a população, tentando resolver às vezes no anonimato, porém se não tiver colaboração do Executivo, não consegue sair do lugar. Conclamou ao Líder de Governo nesta Casa, para que converse com os secretários a fim de atender os vereadores. O Vereador Geraldo Stocco, em questão

de ordem solicitou a inclusão do Projeto de Lei nº 312/20 para a próxima sessão, obtendo como resposta do Senhor Presidente, que irá verificar a viabilidade. VEREADOR JULIO KÜLLER, somando com a manifestação do Vereador Ede Pimentel, disse que não conta também com o privilégio de ser atendido por secretário, enobrecendo o trabalho do mesmo, pedindo que haja interlocução e que ambos os poderes possam trabalhar unidos, considerando que as pessoas vem reclamar primeiro com o vereador que são os seus representantes eleitos junto com a prefeita. Disse que falta atuação do prefeito, quando da ocasião em que o vereador se dirige aos secretários e são mal atendidos. Solicitou à Secretaria de Saúde que tome cuidado, dizendo que tem desmontado o sistema municipal, optando por um sistema somente federal. Lembrou que algumas coisas que forneciam como projeto de âmbito municipal, estão acabando, querendo crer que a prefeita Elizabeth não tem conhecimento dessas questões. Nesse sentido citou que a Seção da Mulher está sendo desmontada, e agora a saúde educacional do Município que fazia trabalho de busca de crianças com problemas oftalmológicos, psicológicos e fonoaudiológicos está co-existindo, onde somente terão a busca dessas crianças, quando até o ano passado se fazia o tratamento no local. Alertou para que a prefeita preste atenção. VEREADOR LEANDRO BIANCO, primeiramente para dizer que acredita que todos os vereadores desta Casa trabalham, parabenizando-os, onde os resultados assim mostram. Outra questão, para repudiar situação que tem que estar atentos, onde o Governador de Pernambuco Paulo Câmara do PSB decretou que os fiéis para frequentar igrejas tem que apresentar comprovante com as duas doses da vacina, atitude que não aconteceu a nível de shoppings, ônibus lotados, supermercados e outros locais onde se formam aglomerações, sendo mais um caso de perseguição religiosa, dizendo ser inconstitucional o referido decreto, onde devem estar atentos para que o mesmo não se repita, principalmente na nossa cidade. VEREADORA JOSI DO COLETIVO, para registrar que o Mandato Coletivo, na pessoa do Senhor João Luiz Stefaniak entrou com ação popular pela imediata suspensão da aquisição e distribuição dos medicamentos hidroxicloroquina, Ivermectina e Azitromicina, dizendo que além de trazer prejuízo ao erário público, seja diretamente na compra ou indiretamente na distribuição dos entes federativos, com certeza trará prejuízos de ordem pública e social, em função de poder trazer sérias consequências à população de Ponta Grossa, por não serem comprovados cientificamente e colocam a vida da população em risco. Em Questão de Ordem a Vereadora Joce Canto lembrou que faltam 451 dias para Ponta Grossa estar cem por cento asfaltada. O Senhor Presidente contribuiu com a fala da Vereadora Josi do Coletivo, dizendo que chegou informação da ação popular do kit covid, informando que o Senhor João Luiz Stefaniak preenche o quadro de cargo comissionado desta Casa, e se não tiver enganado, existe impedimento legal para que o mesmo haja contra o próprio estabelecimento que lhe dá emprego, onde está vendo a questão jurídica para tomar a medida necessária em relação à situação. Questionando, a Vereadora Josi do Coletivo indagou que não seria contra o Município? O Senhor Presidente disse que mesmo assim é o tomador, que repassa a questão financeira,

lembrando que tem o impedimento até mesmo dentro da advocacia da OAB, que estão impedidos de exercer advocacia servidores da administração direta, indireta e fundacional contra a fazenda pública que os remunere o qual seja vinculada a entidade empregadora, dizendo que chegou ontem a informação e está aguardando parecer jurídico para comunicar o gabinete da vereadora. Não havendo mais vereadores inscritos, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, convocando a próxima para o dia treze do mês em curso, informando que a Ordem do Dia será publicada no Diário Oficial do Município, além de estar à disposição via rede de computadores. Eu, Vereador Dr. Erick, Primeiro Secretário, supervisionei a redação da presente Ata, a qual segue assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais vereadores presentes. Sala das Sessões, em seis de outubro de dois mil e vinte e um.

_____ SECRETÁRIO _____ PRESIDENTE

**SETOR LEGISLATIVO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – CAMPOS GERAIS -
PARANÁ, em 03 de dezembro de 2.021.**

Altanir Schebeliski Virissimo de Oliveira

Estagiário do Setor Legislativo